

*Foto: Divulgação Sosma*



O Programa de Concessão em Parques Estaduais e ações de fomento florestal e planejamento da conservação do ecossistema e de fiscalização ambiental foram destaques apresentados por Minas Gerais ao 3º Encontro dos Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Mata Atlântica. As iniciativas foram apresentadas pelo diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF) Antônio Malard que representou o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germão Vieira, ao evento realizado em São Paulo, ao dia 27 de maio.

Em sua fala Antônio Malard chamou a atenção para a importância da Mata Atlântica para Minas Gerais, onde o bioma abrange 47% dos limites territoriais do Estado: Na reunião foram reconhecidos os esforços de Minas para preservação, tendo sido constatada, ao entanto necessidade de avanços para coibir o desmatamento ilegal afirmou. Na oportunidade, aos foi permitido frisar que os números apresentados não são relativos somente ao desmatamento ilegal, mas incluem as supressões regulares, ou seja, aquelas devidamente autorizadas pelos



para avaliar as áreas restauradas via Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado de Minas Gerais.

Outra ação foi o diagnóstico dos desafios e oportunidades presentes na cadeia de restauração de paisagens e florestas, na área de abrangência do Corredor Ecológico Sossego-Caratinga e da Área de Proteção Ambiental Alto-Mucuri, indicando tanto áreas potenciais de priorização para restauração quanto aspectos econômicos a serem explorados e incentivados para alavancar as atividades da cadeia. Esse trabalho foi construído por meio da metodologia ROAM (Restoration Opportunities Assessment Methodology), concebida pela IUCN (International Union for Conservation of Nature) e WRI (World Resources Institute).

Outros trabalhos destacados por Antônio Malard na reunião foram a realização do mapeamento da cobertura vegetal no Bioma Mata Atlântica, que contempla a atualização do último mapeamento, datado de 2009, e que traz novidades estratégicas para a gestão da cobertura vegetal do estado, tal como a caracterização de estágios sucessionais. De acordo com ele o mapeamento irá auxiliar a aplicação das disposições da Lei 20.922 de 2013 e da Lei Federal nº 11.428 de 2006. Também está em curso a elaboração do Planejamento Sistemático da Conservação e Restauração (PSCR), que indicará áreas prioritárias para a conservação e restauração. O trabalho foi realizado em conjunto com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA) e o Instituto de Planejamento e Gestão (Instituto de Planejamento e Gestão - IGP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No âmbito das ações do Promata II merece ênfase a construção do marco legal e manual técnico do Programa de Regularização Ambiental (PRA) de Minas Gerais, este último com previsão de finalização em 2021. O PRA é uma ferramenta essencial para a regularização dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que sistematiza informações sobre os recursos ambientais e o uso e ocupação do solo. O PRA também é uma ferramenta essencial para a regularização dos imóveis rurais no CAR, que sistematiza informações sobre os recursos ambientais e o uso e ocupação do solo.

